

ATA DO DIA 23 DE AGOSTO DE 2023

2ª Reunião Ordinária da

Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 9h, no auditório do Anexo I localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco L - Ministério da Educação, reuniram-se os membros da CNEBS (Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos), para a segunda reunião ordinária, a fim de dar continuidade ao trabalho das proposições e mapeamentos dos principais problemas em três eixos: acesso, qualidade e permanência. Marisa Lima foi responsável pela inserção das informações nas planilhas, de acordo com as sugestões dos membros, enquanto Mariana Campos registrava as observações no *notebook* para registro da presente Ata. Foi feita uma planilha com 5 colunas: a) Proposição, b) Qualidade, c) Acesso, d) Permanência e e) Incidências. A planilha foi disponibilizada no telão, à disposição dos membros, para que pudessem acompanhar e concordar com a inserção das informações de acordo com a temática de cada coluna. Na coluna A, referente às proposições, consta o seguinte texto com apontamentos: Focar na infância surda (Libras como L1) – se não, não há educação bilíngue. Dipebs precisa trazer a vivência do campo para as escolas de surdo do campo (não pautado no urbano). Importância das Diretrizes. ENCEJA é um teste de conhecimentos básicos, não está voltado para o surdo. IF Palhoça Bilíngue é o único local que tem curso técnico bilíngue; importante fazer cursos técnicos bilíngues em outros estados. Fazer ENCEJA em Libras. Das 14 avaliações, apenas o ENEM tem prova em Libras (ENADE e ANA não têm). Na coluna B, referente à qualidade, constam as seguintes informações: Diminuição dos surdos nos espaços escolares.; é preciso pensar em políticas que possibilitem a volta desses estudantes. Proposta de formação de profissionais guia-intérpretes. Escolas de surdos – é preciso que haja professores surdos, professores ouvintes bilíngues. Estudantes se matriculam perto de casa, em escolas que não têm a perspectiva bilíngue de surdos. É preciso trabalhar as políticas públicas para melhorar a qualidade de ensino para surdocegos. Modelo de projeto político pedagógico (PPP) – há problemas graves na constituição do PPP. É preciso prever questão pedagógica, de materiais, entre outros. Fazer uma proposta de PPP, uma base (não uma padronização, pois cada estado tem suas particularidades). A maioria dos professores das EBS são ouvintes, que não são fluentes (estão sempre com intérpretes). Relações étnico raciais da Libras precisam estar nos currículos da educação bilíngue. Formação profissional na educação de surdos: qual o perfil, os critérios, entre outros. Formação para professores de áreas no Fundamental 2. Aumento de alunos surdos com deficiências associadas - pensar na formação de professores para o atendimento a esses alunos. Pensar nas pessoas que compõem as bancas de avaliação de professor das escolas bilíngues. Na coluna C, referente ao acesso, constam as seguintes informações: Alunos não conseguem aprender, pois os professores não sabem LS. Apenas o AEE não é suficiente; Ensino de L1: a responsabilidade é sempre jogada para o professor surdo. Promover o uso da LS nas escolas bilíngues. Desafio da educação de surdos: pensar na potência do espaço escola (questões de gênero, sexualidade, étnico-raciais), não se restringir à questão linguística. Muitos professores têm “medo” dos alunos surdos (pois eles não sabem sinalizar, não têm material didático voltado para os surdos). Não há metodologia específica para surdos do campo (deve ser valorizada a temática do campo, a escola não valoriza essa especificidade). Política linguística da infância. Pensar no currículo: questão epistemológica dos estudos culturais, questões

antropológicas. Materiais didáticos produzidos dentro dos próprios estados. Articulação arte-escola. A redação deve ser corrigida por uma pessoa com conhecimento em Libras (se não, o surdo é prejudicado). Instrutor mediador é diferente do guia-intérprete. Na coluna D, referente à permanência, constam as seguintes informações: Transporte escolar – como fica a questão da comunicação dos surdos? É preciso acessibilidade comunicacional. Proposta de educação integral (talvez desperte o interesse das famílias e aumente o número de estudantes nas escolas bilíngues). Diminuição das escolas de surdos. Importância do monitor (que saiba Libras) para acompanhar surdo com outra deficiência. Na coluna E, referente às incidências, constam as seguintes informações: Indicadores de dados do INEP e IBGE; o INEP precisa criar função de analista da área de Libras (comissão). O CONAE 2014 considerava a proposta bilíngue como segregadora. Ministério da Saúde e MEC precisam trabalhar de maneira articulada, com relação ao encaminhamento correto do bebê surdo para garantir o acesso à Língua de Sinais. Dados do IBGE – não temos claro o número de surdos atualmente, não sabemos se é surdez profunda, moderada, unilateral. Número de surdos com COVID – não há esses dados no DATA SUS. Teste da orelhinha (lei desde 2010). Importância da articulação com conselhos municipais e estaduais. Desafio da comissão: articulação da política de cada área à política do governo. Pensar na mudança de perspectiva – educação bilíngue de surdos é uma modalidade de educação (não está mais na educação especial); como está esse reconhecimento (Educação Bilíngue de Surdos enquanto modalidade independente)? É preciso legislação para haver financiamento, autonomia, etc. Gestores não compreendem a escola bilíngue, é preciso orientar os gestores para fazer essa articulação com os conselhos, com a prefeitura, com as seducs, entre outros. Disciplina Libras obrigatória em todo curso de graduação. Importância da disciplina Libras na graduação de fonoaudiologia e medicina (atualmente é obrigatório apenas no curso de fonoaudiologia). Importância das diretrizes: enquanto não houver diretrizes para educação bilíngue, será difícil colocar em prática as ações. Seducs pensaram em fazer algo semelhante à DIPEBS em nível estadual/municipal. Essas foram as informações inseridas nas cinco colunas especificadas acima. Durante a inserção, os membros fizeram considerações com relação à qualidade de ensino. Rosely Oliveira, do Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos, reforça que para haver uma boa qualidade de ensino é necessário ter formação em pedagogia bilíngue, além de diretrizes de formação desse perfil e a criação de um currículo em uma perspectiva bilíngue. Flaviane Reis, representante da Feneis Sudeste, defende que o espaço escolar deve estar pronto e adequado para receber as crianças. Esse espaço deve considerar a Libras como língua de instrução, comunicação e interação e estar equipado com materiais adequados, pois, na realidade, o que está pronto é para alunos ouvintes e não para surdos (tudo precisa ser construído para eles). É preciso ter equidade entre surdos e ouvintes. Kátia Pinheiro, da Feneis Nordeste, defende a importância de os materiais didáticos terem tradução cultural de acordo com as especificidades linguísticas e culturais do PAEBS em uma perspectiva bilíngue e cultural, pois até agora o material é sempre pensado na cultura ouvinte. Não é para realizar uma simples adaptação do material. A criança surda precisa ter a literatura de acordo com a sua faixa etária. Reforçou também que o Decreto nº 5626/2005 fala da orientação dos profissionais de saúde à família de bebês surdos e é necessário ter uma política para implementar a Educação Bilíngue de Surdos, pois hoje as crianças surdas são direcionadas à educação inclusiva.; alertou que a Escola de surdos Concórdia de Porto Alegre/RS foi fechada, mas era um excelente modelo bilíngue, com salas de aulas separadas por disciplina. Marcelo Amorim, representante da FEBRAPILS, defende a necessidade de ampliação dos cursos de pedagogia bilíngue e garantia da formação de intérpretes com perfil educacional para garantir qualidade. É preciso debater sobre o perfil do intérprete no âmbito da Educação. Ricardo Siqueira, da CIACS, defende a importância de as escolas adotarem a arte com base na cultura

surda para o trabalho com as diversidades culturais diariamente. Afirmar que falta estímulo diário com as crianças surdas em relação às artes criadas por sujeitos surdos, baseando-se na realidade da cultura surda como referência e não adaptação. É preciso fortalecer o investimento na área de cultura em todos os meses do ano e não somente em datas comemorativas, pois muitos só comemoram no setembro azul. Informa que na França as crianças surdas estão muito envolvidas com as manifestações culturais, por exemplo no filme 'Avatar', a preparação corporal foi feita por um artista surdo. O participante cita, ainda, outras manifestações culturais feitas por surdos: esculturas do INES que foram produzidas por artista surdo, arte surda de *drag queen* (que as crianças surdas não podem ver) e artistas indígenas surdos. Ricardo afirma, ainda, que as crianças surdas precisam aprender o sentido da música, saber exatamente a música sinalizada e não apenas ficar copiando o intérprete. Finaliza ressaltando que a arte vai além do que sabemos, pois envolve gêneros, corpos, deficiências, e deve ser compreendida de forma ampla. Pamela Matos, da Feneis Norte, defendeu a importância de incentivar os surdos a desenvolverem independência e autonomia, evitando o capacitismo, pois eles estão sempre em dependência dos intérpretes de Libras. Afirmou também que o professor deve ter proficiência em Libras para ter relação afetiva e direta com as crianças surdas sem ter a mediação dos TILS. A participante mostra preocupação com os surdos que chegam à idade adulta inseguros pois cresceram isolados e sem interações com outras crianças. Patrícia Rezende, representante do INES, defende a importância de implementar a educação bilíngue de surdos em colégios de aplicação bilíngue que são de esfera federal e ficam dentro das universidades. Afirmou também que é necessário ter programa de transporte escolar para fortalecer o agrupamento de surdos nas escolas bilíngues de surdos. Mostrou preocupação com os municípios pequenos, com poucos alunos surdos, pois isso dificulta a criação de classes bilíngues. É preciso ter atenção para garantir a qualidade de ensino, acesso e permanência na escola. Citou como modelo a Escola de Somé, situada em uma cidade com 20 mil habitantes, que tem 28 alunos surdos, que contam com o transporte concedido pelo município para levá-los até a escola. Flávia Lima, da ACAS, defende a importância de haver creches/berçários bilíngues com programas de aquisição precoce da Libras para bebês e crianças surdas. Ressalta também a importância de materiais e currículos adequados nessa etapa e que é preciso ver estratégias de formação adequada para os professores que já estão atuando nas escolas e que não são bilíngues. Adriana Marques, representante da região centro-oeste da Feneis, reforçou a importância de ter conteúdos relacionados ao conhecimento da cultura africana, e que este assunto não deve ser tratado somente no mês de novembro devido à consciência negra, mas ser um tema transversal e desenvolvido na escola durante todo o ano; deve-se pensar na relação entre a língua de sinais e a cultura afro-brasileira na educação bilíngue de surdos. Sueli Fernandes, representante da ABRALIN, defende a importância do fortalecimento da política linguística dentro das escolas e também fora da escola, pois são muitos os fatores que envolvem a qualidade de ensino fora da escola. A participante também afirma que ao se pensar em Educação Bilíngue de Surdos deve-se pensar em Educação Linguística. Além disso, para garantir qualidade de ensino, deve-se pensar, desde o primeiro momento, na educação infantil. É preciso fortalecer as políticas linguísticas, isto é, cooficialização, debate quanto ao reconhecimento da Libras. Reforçou que a Libras é parte do inventário nacional, também reforçou que, se a língua é cooficial no município, há responsabilidades a mais para o estado e município e lembrou que a gestão da educação infantil é do município mesmo a Libras sendo reconhecida nacionalmente. A educação infantil tem alto custo e há turmas pequenas que exigem total atenção. Ressaltou também que é preciso ter propostas curriculares específicas para o ensino de Libras como L1 em todas as etapas do ensino, e é necessária a adequação do sistema de contratação dos profissionais na área da Educação Bilíngue de Surdos. Destacou a importância de uma boa gestão escolar, que

potencializa a interação entre profissionais e possibilita que o currículo seja implementado de forma adequada, com um PPP efetivado em uma perspectiva bilíngue e cultural. São muitas as escolas de surdos que não têm uma boa gestão, os professores precisam ter boas condições de trabalho. Ressaltou que é preciso investimentos em diferentes programas da EBS até a educação integral. Além disso, é preciso organizar, de forma adequada, o que é cada categoria: gestão escolar, currículo, professores, estudantes. Por fim, pontuou que é preciso lembrar que os alunos surdos vêm de realidades socioeconômicas e culturais diferentes e que é preciso trabalhar com essas diferenças. Vinicius Tonholo, representante da Feneis Nacional, defende a importância de uma banca avaliadora para contratação de professores e profissionais que trabalharão com crianças nas esferas federal, estadual e municipal. Gabriel Couto, da CNJS, apontou a importância de esclarecer o conceito de professor bilíngue, pois muitos confundem com intérprete de Libras. Afirmou também que é preciso ter cartilhas e materiais para serem distribuídos em todos os estados e municípios. Marisa Lima comunicou que a síntese do mapa mental vai ser enviada a todos por *e-mail* para divisão de trabalho por grupos. Afirmou, ainda que é preciso garantir um programa para inserção das famílias nas escolas bilíngues. Pontuou que é preciso atentar-se à diferença entre os termos cuidador, monitor e profissional de apoio. A coordenadora abordou, ainda, os seguintes assuntos: a importância de esclarecimento sobre Política e Diretrizes e a falta de ambas (as diretrizes serão criadas e depois serão feitas as recomendações em relação à EBS); questão sobre a abordagem bilíngue e língua de conforto;; importância do PPP bilíngue, que deve ser construído em uma perspectiva para juntar as duas políticas educacional e linguística e deve estar de acordo com as especificidades do PAEBS; importância de se pensar a educação com diversidades, atentar-se ao perfil dos alunos; necessidade de decidir como será o controle do servidor efetivo a longo prazo. Cristina Lacerda, da ANPED, falou sobre o CELPEBRAS, que é uma avaliação de proficiência de português para estrangeiros e talvez teria possibilidade de avaliação de proficiência em Libras. A DIPEBS poderia pedir ao CELPEBRAS fazer um estudo sobre uma comissão para avaliar a língua de sinais. Ana Regina Campello, representante da CIACS, defende a importância dos profissionais e pesquisadores na área de Libras e Educação de Surdos adotarem a política atitudinal, em que devem usar a língua de sinais em eventos com temáticas dessas áreas. Também defendeu a importância do movimento surdo pela política linguística, garantindo a língua de sinais. Por fim, afirmou que o intérprete é um profissional importante, mas não são todos que sabem Libras; é preciso iniciar o debate sobre a política linguística das línguas de sinais. Márcia Lima, da Feneis Sudeste, defendeu a importância da valorização no plano de carreira da educação básica, com incentivos para o professor desenvolver atividades culturais e linguísticas, por exemplo, o estabelecimento de critérios que aumente a pontuação para estimular o professor a desenvolver essas atividades juntamente com as associações de surdos e outros lugares representativos de surdos. É preciso motivar o professor a conviver com a comunidade surda, também é preciso desenvolvimento de projetos como o Cordel na educação, arte surda e feira de ciências. Guilherme Lourenço, da ANPOLL, lembrou que há um documento sobre a criação de escolas bilíngues de modalidade oral, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, e que o professor que trabalha na escola bilíngue deve comprovar proficiência, ter formação específica e ter cursos de educação bilíngue (pós-graduação, mestrado e doutorado). Sugere que poderíamos incorporar esses critérios na Educação Bilíngue de surdos: certificação com formação superior + proficiência em Libras + Educação Bilíngue para atuação na área da EBS. O participante concordou que a CELPEBRAS poderia ser um caminho. Alex Ramos, da FEBRAPILS, defendeu a necessidade de oferta de formação continuada por meio do programa da DIFOR para aprimoramento dos profissionais já contratados. A coordenadora-geral Marisa Lima reforçou a importância de esclarecer sobre o perfil do professor na área de licenciatura e bacharelado. Guilherme Lourenço, da ANPOLL, defende a estratégia de ter uma

política linguística e educacional para garantir a Educação Bilíngue de Surdos para depois avançar as discussões. Pontuou que é preciso materiais sobre as especificidades dos surdos com outras deficiências e definir em que momento esse aluno deve receber outro tipo de atendimento. Katia Pinheiro, da Feneis Nordeste, defendeu a importância de incluir os alunos surdos com deficiência na PAEBS. Flaviane Reis, da Feneis Sudeste, complementou que o Serviço de Atendimento Educacional Especializado Bilíngue é direito dos PAEBS nas escolas bilíngues de surdos. Daltro Roque, da Feneis Sul, questionou sobre qual visão temos sobre os surdos com outras deficiências, se temos uma visão capacitista ou não; sugeriu criar conceito diferente de PCD. Marisa Lima reforçou que o conceito de AEE não é oferta de sala de recursos e sim trabalhar com as demandas específicas de cada alunado. Flaviane Reis, da Feneis Sudeste, pediu para seguir a Declaração de Salamanca sobre o conceito de educação para todos e ver o que é necessário e dado para as crianças surdas para que acessem a escola; é preciso ter acesso linguístico em tempo integral; é preciso implementar política linguística iniciada desde o nascimento conforme Meta 4 do PNE. Carla Brum, da ACAS, defende que para ter acesso e permanência à escola, é necessário ter transporte intermunicipal e benefícios do BPC para auxiliar as famílias de crianças surdas. É preciso uma política para integrar os municípios na questão do transporte público. Também é importante ter material didático registrado em Libras e com comunicação em Libras, pois as tarefas são em português escrito e a família não sabe explicar a atividade para o filho, deveria vir um vídeo em Libras para orientar o aluno em casa. Além disso, os livros paradidáticos devem ter ilustrações. Aline Kaster, representante da Região Sul da Feneis, destaca que muitas crianças surdas entram na escola com atraso, já com a idade avançada e sem língua de sinais. As famílias devem aprender Libras, mas são poucas as escolas que oferecem curso de Libras para as famílias e há pouca participação dessas famílias. Após essas considerações, houve pausa para o almoço. A reunião foi reiniciada às catorze horas e sete minutos. Marisa Lima reforçou a questão do acesso, enfatizando que os alunos surdos não conseguem aprender, pois os professores não sabem Libras. O conteúdo deve ser ministrado em Libras como língua de instrução. Apontou a necessidade de ter atividade extracurricular na educação em tempo integral para incentivo cultural, arte, teatro, entre outros. Katia Pinheiro, Feneis Nordeste, propõe educação em tempo integral nas creches e que a matrícula seja obrigatória na educação infantil. Gabriel Couto, CNJS, defende a importância de esclarecer quais esferas são responsáveis pela Educação Bilíngue de Surdos: a educação infantil e o ensino fundamental de responsabilidade da prefeitura, e o ensino médio de responsabilidade das esferas estaduais e federal. Flavia Lima, da ACAS, questiona como será a oferta de aulas de reforços para crianças surdas no contraturno escolar. Alex Ramos, da FEBRAPILS, reforça sobre a obrigatoriedade da etapa de ensino que depende de cada município que tem estrutura só municipal, só estadual ou mista (municipal e estadual). Aborda também a importância de gestão bilíngue para articulação entre as escolas e enfatiza a diferença entre reforço escolar e ensino-aprendizagem. O participante ressaltou que atendimentos clínicos de fonoaudiólogos e psicopedagogos devem ser realizados em centros de terapia e não em escolas bilíngues de surdos. Reforçou que a educação em tempo integral é para ensino-aprendizagem e não uma simples repetição de conteúdo para o aluno aprender. Por fim, o participante pontua que o professor surdo e professor ouvinte devem ter fluência em Libras com estrutura linguística e não somente o surdo, e sugere colocar nas diretrizes para que a escola bilíngue seja preferencialmente em tempo integral. Marisa Lima complementa que a responsabilidade da escola bilíngue varia de cada município, por exemplo em Belo Horizonte, o estado é responsável pelo ensino fundamental I até o ensino médio. O estado e o município precisam estar em diálogo. Ressaltou que o reforço escolar não é o espaço da escola bilíngue, pois a escola deve trabalhar com diferentes programas. O reforço não vai funcionar no contraturno, pois os alunos terão outros tipos de atividades e tarefas. Terapia

fonoaudiológica não fará parte da composição da escola bilingue de surdos. Yanna Porcino, representante da CNJS, destacou na escola CEAL, no período da manhã, são ofertadas as disciplinas, no período da tarde, são ofertadas outras atividades em uma perspectiva cultural. Magno Prates, representante da região do Norte da Feneis, sugeriu usar o termo 'interseccionalidade', que é o termo atualizado para as questões racial e de gêneros. Afirmou que na região do Norte não há professores de Libras e não há materiais adequados para surdos. Ana Regina Campello, da CIACS, aponta para o problema da didática, às vezes, o professor passa apenas o conteúdo no quadro. Também sugere que o MEC deve retomar o Referencial Curricular L1, publicado pela Editora Arara Azul. Marisa Lima complementou que a Libras deve ser incorporada como matriz curricular e as outras secretarias do MEC devem validar o currículo (SEB, SETEC e entre outros). Priscilla Leonor, da Feneis Nordeste, aponta que a maioria das escolas de surdos criam seus próprios materiais e distribuem aos alunos. Neste sentido, sugere que o MEC faça parceria com as escolas e pense em materiais que possam ser publicados para compartilhamento com outras instituições/escolas. Cristina Lacerda, da ANPED, apontou que a escola bilíngue deve ter um espaço próprio para produção de vídeos, além de ter projetores em sala de aula. Deve estar previsto na legislação para garantir os recursos (é difícil em escolas menores). Guilherme Lourenço, da ANPOLL, defendeu a importância da questão sobre diferentes identidades reveladas no literário com diversidades. Reforçou a importância de ter uma didática visual com o PAEBS, diretamente em Libras, com mostra de referências surdas como modelo, patrimônio e cultura surda. Ressaltou, ainda, que é preciso articular com as outras instâncias para garantir o fomento às escolas bilíngues de surdos (MEC, Ministério da Tecnologia, entre outros). O participante pontuou que se tem o PIBID Geral e PIBID ações afirmativas, assim, seria bom criar PIBID específico da EBS. Marisa Lima reforça que é de suma importância incluir todas as modalidades da SECADI nos programas do MEC; não se deve pensar os materiais didáticos em uma perspectiva isolada desconsiderando as questões da interseccionalidade; não é simplesmente ter material em Libras, deve-se contemplar toda a heterogeneidade. Yanna Porcino, da CNJS, questionou quem seria responsável para operação da sala de estúdio, e se o professor também seria responsável pela realização das edições dos vídeos. Gabriel Couto, da CNJS, defende a importância de haver profissionais da área de audiovisual e tecnologia para auxiliar os professores na produção multimídia de atividades e materiais. Carla Brum, da ACAS, apontou que o IFSC Palhoça-SC tem curso de produção de multimídia. Pamela Matos, da Feneis Norte, defende a importância de se adotar estratégias visuais sob perspectiva bilíngue e de fortalecer as competências e habilidades da Educação Bilíngue de Surdos. Fala sobre a criação de concurso para produção cultural dos materiais didáticos para a educação básica para concorrer a prêmios, sob responsabilidade da Dipebs. Afirma também que é preciso melhorar/adequar a metodologia bilíngue para que surdos consigam aprender a ler e escrever; é preciso adequar a BNCC em uma perspectiva cultural; é preciso ter uma política linguística para que surdos já entrem prontos para a escola devido às especificidades linguísticas. Gabriel Couto, da CNJS, defendeu a importância de ter currículo específico em cada área disciplinar e que os conteúdos do BNCC para surdos devem estar de acordo com a cultura surda, pois hoje está baseado na cultura ouvinte. É preciso, ainda, programa que promova espaço de tecnologias para trabalho com a Libras, além de verificar os caminhos para garantia de materiais e recursos humanos para EBS. Com relação à BNCC, é preciso haja área específica para currículo L1 em contexto com a cultura surda; e disciplinas específicas e diferenciadas da EBS. O participante pontuou também que é necessário esclarecer o conceito de educação bilíngue de surdos e que os materiais devem ser em Libras e não em formato de tradução literal. Em relação às habilidades e competências, o participante questiona como o professor vai alcançar a fluência em Libras. Outro ponto importante é esclarecer o conceito de visualidade, pedagogia surda e cultura surda

e esclarecer as diferenças entre as modalidades oral-auditiva e visuo-gestual. Falou ainda sobre a necessidade de ter um membro surdo no Conselho Nacional de Educação e de formação para orientação curricular referente ao currículo L1- Libras e cultura surda. O participante afirma ainda, que deve ser realizado um seminário da Educação Bilíngue de Surdos. Em relação à permanência, deve-se garantir transporte escolar. Também deve haver mudanças na estrutura e organização escolar, devido à precariedade do profissional TILS, que deve garantir a fluência com o passar dos anos, em todas as etapas de ensino, sem ter piora no uso da Libras. Importante também criar glossários específicos por área de formação e publicar em alguma plataforma do governo. Katia Pinheiro, da Feneis Nordeste, reforçou a necessidade de criar auditório de acordo com a estrutura da cultura surda. Falou também sobre a importância de o professor seguir a BNCC e complementar os referenciais da Educação Bilíngue de Surdos. Citou como exemplo a escola de surdos dos EUA em que se tem sala de estudo sobre a Língua de Sinais e que crianças produzem vídeos e estudam a própria sinalização. Ana Regina Campello, da CIACS, defende a importância do projeto amigos da escola, por meio de convênios com entidades representativas de surdos para promoção de atividades na escola, estimular os alunos a terem contato com a cultura surda e criação de atividades com as famílias para mais participação. Gabriel Couto, da CNJS, destacou que os alunos surdos podem produzir os materiais no CAS/MG. Flaviane Reis, da Feneis Sudeste, apontou que é necessário ter uma parte da BNCC que aborde a Educação Bilíngue de Surdos em uma perspectiva bilíngue e criar uma equipe (Grupo de Trabalho) para esse fim. Guilherme Lourenço, da ANPOLL, reforça a necessidade de olhar o modelo das escolas bilíngues de línguas orais em que todas as disciplinas (matemática, química, história, entre outras) acontecem em inglês e tem conteúdo para acompanhar, mas como ensinar esses conteúdos em Libras? Precisa ter foco no material didático em Libras, precisa ter cuidado para não vir material em português com adaptação e tradução para Libras. Flávia Lima, da ACAS, aponta a necessidade de produção de materiais em uma perspectiva bilíngue e aponta quais habilidades seriam necessárias para atingir os objetivos propostos pela BNCC. Madalena Klein, representante da ANPED, questionou o que é realmente Educação Bilíngue de Surdos e ressaltou que deve-se pensar no ensino das línguas – Libras e Língua Portuguesa nas didáticas e estratégias de ensino específicas, tendo a Libras como língua de instrução, para ensino em Libras (de todas as disciplinas, inclusive da disciplina de português). Frisou que não é matemática bilíngue e sim um ensino em Libras, considerando as estratégias didáticas, a pedagogia surda e a visualidade. Afirma que a escola bilíngue de surdos deve inserir conteúdos específicos sobre história surda, identidade surda, movimento surdo, entre outros temas. Gabriel Couto, da CNJS, destaca que a BNCC é padrão e as escolas a seguem. Assim, questiona quais elementos poderiam ser incorporados nesse documento em relação à Educação Bilíngue de Surdos, como acontece com a Educação Indígena por exemplo. É preciso trazer elementos culturais de surdos para cada série e etapas de ensino, é preciso adequar a BNCC a uma perspectiva bilíngue. Alex Ramos, da FEBRAPILS, complementa, em relação à BNCC, que este documento trata sobre cultura indígena, cultura do campo e também deveria contemplar as questões culturais próprias dos surdos - pede para a DIPEBS articular com o CNE sobre essa questão. Em seguida, Daltro Roque, da Feneis Sul faz considerações com relação à permanência, defende que os profissionais devem ser proficientes em Libras, pois percebe-se que alunos surdos possuem pouco vocabulário em língua de sinais devido ao próprio professor que também tem pouco vocabulário em língua de sinais. Citou o exemplo do ENEM, em que se observa que muitos surdos que não sabem os sinais. Katia Pinheiro, da Feneis Nordeste, reforça que as escolas de surdos devem ter auditório e teatro adequados, de acordo com a cultura surda e é preciso prever essas questões no projeto arquitetônico. Ana Regina Campello, da CIACS, sugere que as escolas devem desenvolver estratégias que despertem o interesse dos alunos; firmar convênios com ONGs representativas

da comunidade surda; convidar surdos de ONGs para fazer atividades na escola com alunos surdos; promover programas de esportes. Rosely Oliveira, do Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos, defende a importância de biblioteca bilíngue para surdos e de espaços esportivos com parceria da CBDS, para promoção da cultura e esporte para surdos. É preciso criar estratégias para evitar o fechamento das escolas bilíngues de surdos, por falta de apoio e repasse financeiro, devido à política de estado; é preciso achar soluções para tornar a EBS como escola regular. Afirma que é preciso verificar possibilidades para auxiliar a Escola Vitória. Patrícia Rezende, do INES, sugere a busca ativa para identificar onde estão os alunos surdos e inseri-los no programa saúde da família. Carla Brum, da ACAS, alerta sobre a evasão escolar de alunos surdos na pandemia e que a Escola Vitória, da cidade de Canoas-RS, corre o risco de ser fechada devido ao número pequeno de matrículas de alunos surdos (apenas 13 que frequentam a escola). A secretária de educação sugeriu colocar alunos surdos em um turno e, em outro turno, os ouvintes. Katia Pinheiro, feneis Nordeste, reforça a oferta de benefícios para permanência da educação em tempo integral para incentivar a modalidade de ensino da Educação Bilíngue de Surdos. Apontou que em Fortaleza há 2 escolas de surdos e que houve diminuição do número de matrículas. Há 200 surdos em diversas escolas regulares da educação inclusiva, pois as famílias não queriam colocar os filhos em escolas específicas de surdos. É preciso ter o mínimo de 99 alunos, pois, se for menos, a instituição perde a verba. As famílias precisam ter consciência sobre a importância das escolas bilíngues de surdos e é preciso ofertar transporte para os alunos surdos. Rosely Oliveira, do Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos, apontou que, segundo a legislação de MG, a sala de aula pode ter no mínimo 4 alunos e por isso a escola não é fechada. Marisa Lima encerra a reunião e comunica que diretoria da DIPEBS irá ajustar o calendário das reuniões para realização em 2024 e que vão ser enviado os textos para os membros do CNEBS Mariana Campos encerra agradecendo a todos pela presença e participação, e confirma que foi registrada na ata todos os momentos da discussão e que o documento será enviado a todos para acompanhamento. O diretor Falk agradece aos membros pelas participações e contribuições. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e a Ata assinada por mim, Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, que secretariei e transcrevi e pelo presidente Falk Soares Ramos Moreira, da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, Brasília/DF, 23 de agosto de 2023.

Mariana de Lima Isaac Leandro Campos

Secretária-Executiva da Comissão

Falk Soares Ramos Moreira

Presidente da Comissão